



Jefferson Peres

## Segurança nos vôos preocupa Jefferson Peres

A questão da segurança da aviação brasileira, que tem revelado uma série de falhas na manutenção das aeronaves e no funcionamento dos aeroportos, na opinião do senador Jefferson Peres (PSDB-AM), precisa ser devidamente avaliada. Para isso, ele propôs, e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, a convocação do diretor do Departamento de Aviação Civil, brigadeiro Lacerda, e do presidente da Infraero, major-brigadeiro Edir da Silva, para prestarem esclarecimentos sobre a real situação do setor. Os depoimentos estão previstos para os primeiros dias de agosto, em uma sessão conjunta da CAE e da Comissão de Infra-Estrutura.

Jefferson Peres citou reportagem publicada pela revista *Vêja*, na qual é mostrado que no Brasil ocorre um número de acidentes quase dez vezes maior do que nos Estados Unidos, comparado ao número de operações. Outra informação destacada, publicada pela revista, é a de que o índice de erros de operação, que ocorrem quando as torres dos aeroportos dão instruções erradas aos aviões, é 31 vezes maior que o americano. O senador destacou também que os operadores de vôo são insuficientes para atender a demanda e estão submetidos a más condições de trabalho e a baixos salários.

# Congresso inicia amanhã trabalhos da convocação

*Sessão solene dá início ao período em que Legislativo tem na pauta 12 propostas de emendas constitucionais e 30 projetos de lei*

## O QUE ESTARÁ EM EXAME

As propostas de emendas constitucionais escolhidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para serem apreciadas durante a convocação do Congresso são as que tratam da Previdência Social, das reformas administrativa, tributária e da educação, e ainda acumulação de mandatos, inelegibilidades, criação de municípios, CPMF, regime jurídico dos militares, crimes contra direitos humanos e serviço civil obrigatório.

Os projetos de lei são os seguintes: rito sumário na desapropriação para reforma agrária; diretrizes e bases da educação; recursos hídricos; crime de tortura; adicional de tarifa portuária; navegação de cabotagem; destruição de aeronaves hostis; julgamento de PMs; proteção de cultivares; mercado de valores mobiliários; Agência Nacional de Energia Elétrica; contrato temporário de trabalho; Fundo de Aposentadoria Programada Individual; indenização das vítimas da hemodíalise em Caruaru; ressarcimento do SUS; IPC; Código Nacional de Trânsito; redução de multa contratual; escuta telefônica; proteção de *software*; compensação entre sistemas de previdência; Estatuto dos Militares; telefonia celular; Ministério Público nas ações de desapropriação; trabalho rural; liminar em reintegração de posse; revisão judicial do valor de terras desapropriadas; regime tributário e estatuto da microempresa; desmembramento de terras.

Com uma sessão solene a ser realizada amanhã, às 10h, o Congresso Nacional iniciará o período de trabalho extraordinário destinado a deliberar sobre as matérias constantes da mensagem de convocação feita pelo presidente da República.

Estão relacionadas na mensagem presidencial 12 propostas de emenda à Constituição e 30 projetos de lei em tramitação no Senado e na Câmara, além das medidas provisórias, matérias em regime de urgência e as referentes a tratados, acordos ou atos internacionais, indicação de autoridades e embaixadores, empréstimos externos, dívida consolidada, operações de crédito, garantia da União, dívida mobiliária e leis orçamentárias (veja quadro ao lado).

## Governador instiga povo do Acre, diz Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse sexta-feira que o governador do Acre, Orleir Camelli, instiga a população de seu estado contra o governo federal, e em particular contra o Ibama, que em atendimento a determinações legais embargou as obras de pavimentação das BRs 364 e 317, porque o governo estadual não apresentou os relatórios de impacto ambi-



Nabor Júnior

ental.

Nabor informou ter recebido carta da direção do Ibama, em resposta a pleito apresentado pelos três representantes do Acre no Senado, dando conta da formação de uma comissão especial para estudar, com urgência, meios e formas para liberar a retomada parcial das obras de pavimentação, respeitada a preservação do meio ambiente.

## Jonas e Fogaça apóiam novo plano agrícola

Os senadores Jonas Pinheiro e José Fogaça apoiaram o novo plano agrícola anunciado pelo governo sexta-feira, com a redução de juros. Para os dois senadores, o programa governamental vai estimular a produção de alimentos. **Página 3**

## Livro de Cabral orienta prefeitos e vereadores

**Página 4**

# Suplicy cobra crescimento e alerta para risco da dívida

*Senador mostra sinais de perigo iminente na economia, ao fazer um balanço de dois anos de vigência do Plano Real*



Darcy Ribeiro

## Demarcação leva Darcy à Justiça contra Jobim

O senador e antropólogo Darcy Ribeiro (PDT-RJ) fez na sexta-feira uma representação ao procurador-geral da República solicitando que este apresente ao Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade do Decreto nº 1.775/96, que passou a permitir a revisão administrativa das terras indígenas. Pediu ainda que o Ministério Público proponha uma ação de improbidade administrativa contra o ministro da Justiça, Nelson Jobim, "por deslealdade à União Federal, patrocínio infiel e negligência funcional".

Darcy Ribeiro sustenta que Nelson Jobim não poderia ter patrocinado aquele decreto, por ter defendido, como deputado, o governo do Pará contra atos do presidente da República, que objetivavam homologar demarcações de áreas indígenas. Segundo o senador, na época Jobim assinou parecer jurídico contra as decisões do presidente da República. Assim, o ministro encontra-se eticamente impedido de apreciar e decidir administrativamente os pedidos de revisão de terras dos índios, como prevê o Decreto nº 1.775/96, afirma o senador em sua representação.

Ao fazer na sexta-feira um balanço dos dois anos de vigência do Plano Real, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu os resultados positivos do programa no combate à inflação, mas assinalou que a economia brasileira mostra sinais de perigo iminente. Segundo o senador, existem pontos que merecem mais atenção do governo, como o crescimento da economia, a dívida pública e a política cambial.

Ele advertiu que o governo está muito longe de vencer o desafio de manter os preços estáveis e o crescimento da economia compatibilizados com ações para redução da miséria. Para o senador, o crescimento da economia está muito aquém do potencial do País, fato que, a seu ver, aumenta o



Eduardo Suplicy

desemprego.

Conforme Suplicy, ainda que tenha havido ligeira recuperação das taxas de emprego nas últimas semanas, os indicadores de desemprego no Brasil continuam desalentadores.

Suplicy lamentou que Fernando Henrique Cardoso não se tenha mostrado efetivamente preocupado com o problema, como demonstrou ao

prever que este ano o desemprego crescerá de 5% para 6%.

O senador lembrou ainda que a dívida pública federal em títulos aumentou 120%, nos últimos 12 meses, e corresponde agora a mais de duas vezes e meia o valor das reservas internacionais. Ele observou também que o próprio secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, admitiu que o Proer tem efeito sobre as contas do Tesouro, visto que propicia recursos para os bancos que sofreram intervenção a taxas bem menores que as cobradas no mercado - TR mais 11% ao ano. "São taxas muito inferiores ao que qualquer correntista consegue junto ao seu banco", acusou Suplicy.

## Lauro diz que foi rompido equilíbrio entre os Poderes

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou na sexta-feira o que chamou de excessivo poder do Executivo brasileiro frente ao Legislativo e ao Judiciário, exemplificando que organismos como o Banco Central e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) têm atualmente um poder maior que o próprio Senado.

- O suposto equilíbrio entre os Poderes foi, há muito, rompido pela predominância do Executivo, que faz grande parte das leis, que se imis-

cui nas decisões do Judiciário e cria centros de poderes discricionários", frisou. Ele disse que aqueles organismos são capazes, via medidas cambiais, de destruir o mercado interno em nome da concorrência consagrada pelo neoliberalismo.

Conforme Lauro Campos, a taxa de crescimento da economia brasileira situa-se em níveis muito inferiores às potencialidades, visto que, conforme acentuado, o crescimento de 4,5% do PIB em 1995 e as baixas taxas de cres-

cimento verificadas no primeiro semestre deste ano resultam em graves consequências sociais, sobretudo na elevação do desemprego. O senador lembrou que se registraram 1.300 falências, nos últimos dois anos, apenas em São Paulo, e sustentou que o índice real de desemprego no Brasil é de 15%.

Lauro afirmou que o Brasil não conseguirá sustentar por muito tempo o crescimento elevado da dívida pública, mas advertiu que não se reduza essa dívida demitindo funcionários públicos. Ele destacou que previsões internacionais apontam nova onda de falências de bancos, estando o Brasil entre os países mais vulneráveis.



Lauro Campos

## Agenda

### PLENÁRIO

#### Amanhã

10h - Sessão Solene de instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura.

# Fogaça prevê desenvolvimento com redução dos juros para agricultura

*Para senador, governo deve agora fortalecer bancos públicos e subsidiar com dinheiro do Orçamento a produção de alimentos*

O anúncio do governo de que reduzirá os juros agrícolas para a faixa de 9% a 12% ao ano é uma indicação de que o governo Fernando Henrique Cardoso retoma o caminho da social-democracia, que é o do crescimento econômico com distribuição de riqueza. A análise foi feita pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), ao tomar conhecimento do Plano de Safra para 1996 e 1997, anunciado pelo governo sexta-feira no Palácio do Planalto.

Fogaça afirmou que o País sofreu muito com a decisão do governo, em abril de 95, de elevar a taxa de juros para conter o consumo, num momento de



José Fogaça

instabilidade do Plano Real. "Nenhum livro de economia diz qual a taxa de juros máxima e mínima que pode ser adotada para conter um processo de instabilidade. Por isso, o governo realmente exagerou, preferindo errar por mais do

que por menos", constatou.

## INCENTIVO

O senador gaúcho manifestou a opinião de que o governo deve incentivar a produção de alimentos através de juros baixos. Para isso, deve fortalecer instituições financeiras públicas e bancar, com dinheiro do Orçamento, o subsídio aos juros baixos para o setor rural. Informou que um grupo de trabalho

da Comissão de Assuntos Econômicos, do qual participa, chegou a essa conclusão depois de profundos debates.

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou que o setor rural se descapitalizou em 30% nos últimos 18 meses e, por isso, também aplaudia o anúncio de juros mais baixos para a agricultura. Roberto Requião (PMDB-PR) concordou com a idéia de fortalecimento dos bancos públicos.

Jefferson Peres (PSDB-AM) concordou com a idéia de subsídios à agricultura, desde que sejam previstos no Orçamento e, portanto, não gerem inflação. Bernardo Cabral (PFL-AM) testemunhou que José Fogaça sempre se preocupou, desde a Constituinte de 88, com a moralidade e a transparência das contas públicas.



Roberto Requião

## Requião relata o que viu nas eleições russas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) considera que, na Rússia, o Partido Comunista voltará ao poder, mesmo que o presidente Boris Yeltsin vença as eleições, porque este não terá condições de governar.

- No caos que se estabeleceu no território da República Russa, o Partido Comunista é a única força organizada. Espero que, se voltar ao poder, volte conforme as diretrizes de inteligente reciclagem, com uma visão nova, construtiva, acreditando no pluripartidarismo e no processo democrático - afirmou o senador.

Requião apresentou sexta-feira um relato sobre a viagem que fez àquele país, representando o Senado, como observador, nas eleições presidenciais (primeiro turno) e municipais da Rússia. O senador falou, inicialmente, sobre a desagregação da antiga União Soviética. Depois, referiu-se à experiência, a seu ver, desastrosa, desenvolvida pelo governo Gorbachev.

A uma pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Requião afirmou que Gorbachev está totalmente desmoralizado "porque feriu fundo os sentimentos nacionais, arrasou as noções de pátria, soberania e nação".

Em apertados, manifestaram-se os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Peres (PSDB-AM), Romero Jucá (PFL-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Jonas considera plano bom para o campo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) observou que o Plano de Safra anunciado sexta-feira será bom para a agricultura. O objetivo é promover uma produção de grãos da ordem de 80 milhões de toneladas, disse. Para o senador, o plano pode ser considerado a primeira vitória de Arlindo Porto, ministro da Agricultura.

Segundo informações obtidas por Jonas Pinheiro, os juros serão adequados, da ordem de 12% ao ano, e sem correção. Além disso, serão dobrados os recursos de custeio, para cerca de R\$ 5 bilhões, e os agricultores poderão fazer a compra de insumos já no início de julho, quando os preços ainda estão baixos, afirmou. Quanto aos preços mínimos, "eles

com certeza vão ser corrigidos", garantiu.

Jonas Pinheiro também explicou em detalhes a posição assumida pela Frente Parlamentar da Agricultura em re-

lação à medida provisória de fortalecimento do Banco do Brasil. Em nenhum momento, disse, a Frente defendeu anistia, calote ou privilégios indefensáveis para os agricultores. Os ruralistas, salientou, rejeitaram quatro artigos da medida provisória que não eram de fortalecimento do Banco do Brasil e, sim, de todo o sistema financeiro.

Um dos artigos, o de número 5, explicou o senador, transformava contratos de depósitos bancários e contas correntes em títulos executivos extrajudiciais. Assim, os

bancos poderiam executar judicialmente os correntistas, com penhora de bens, através de simples apresentação do extrato bancário com a discriminação do débito, disse. O artigo, na opinião do senador, assegurava ao sistema financeiro

nacional um direito de cobrança que afrontava o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil Brasileiro e toda a jurisprudência vigente nos tribunais.



Jonas Pinheiro

# Bernardo Cabral lança livro *O Município e a Cidadania*

*Destinada a candidatos e administradores públicos, a publicação de 500 páginas reúne textos de informação e orientação sobre diversos temas de interesse do poder municipal*



Bello Parga

## Pauta para a convocação agrada Parga

O senador Bello Parga (PFL-MA) elogiou sexta-feira a "sensibilidade do presidente da República", por ter pedido a inclusão, na pauta de convocação extraordinária do Congresso, de dois projetos de autoria do presidente do Senado, José Sarney, que favorecem as micro, pequenas e médias empresas do País.

Relator das duas proposições na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Parga informou que as matérias só seriam votadas em agosto pela CAE. "Agora, posso afirmar que esses projetos serão aprovados no início da convocação", disse ele. Um dos projetos de iniciativa de Sarney institui um Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e o outro assegura tratamento tributário diferenciado ao setor, favorecendo sua expansão, explicou Bello Parga.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou sexta-feira que a partir desta semana estará à disposição de candidatos, vereadores e administradores públicos municipais livro com uma seleção de textos sobre o poder municipal. Trata-se da publicação *O Município e a Cidadania*, de mais de 500 páginas, organizada pelo senador e uma equipe de assessores.

Cabral informou que o livro reúne temas costumeiramente encontrados apenas de maneira esparsa, e aborda, entre outros assuntos, a participação da cidadania, a rotina administrativa municipal, o processo legislativo, o sistema municipal de saúde e a questão da propriedade.

Idealizada como subsídio a candidatos e administradores

## Maldaner destaca convenções

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou sexta-feira a importância da realização das convenções partidárias neste fim de semana, com vistas à realização das próximas eleições municipais de 3 de outubro. Além de uma grande festa cívica, o senador ressaltou que os partidos, como legítimos representantes da sociedade, terão a oportunidade de colocar em pauta desde as questões mais específicas, como a construção de uma escola ou de uma ponte, até o futuro do Plano Real.

Para Maldaner, neste sábado e domingo haverá um gran-



Bernardo Cabral

públicos do interior do Amazonas, a obra "certamente interessará a todos os que exercem com seriedade atribuições públicas de nível municipal e preocupam-se com o pleno exercício da cidadania", disse Cabral. Ele agradeceu a colaboração prestada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) para a elaboração do trabalho.



Casildo Maldaner

de debate nacional onde a importância dos municípios será destacada. Com a participação de entidades oficiais e de organizações não-governamentais, a sociedade poderá fazer uma afirmação de prática democrática, disse o senador.

## Roraima inicia hoje programa Bolsa de Educação

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou sexta-feira que o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, estará hoje na capital de Roraima para entregar os primeiros cheques, emitidos pela prefeitura de Boa Vista, relativos ao programa Bolsa de Educação. Segundo o senador, o benefício se estenderá a todas as crianças carentes da rede pública municipal de Boa Vista e será financiado com recursos próprios da prefeitura.

Jucá destacou ainda a rapidez e eficiência com que o governo federal liberou recursos para atendimento às vítimas das inundações em Boa Vista. Ele elogiou também a atuação do Exército e da Aeronáutica no auxílio às vítimas da catástrofe.

Para Jucá, apesar da dimensão da tragédia, o governo estadual não teve o mesmo comportamento do governo federal, limitando-se, conforme o senador, a sobrevoar em helicóptero as áreas alagadas e distribuir duas cestas básicas frente a câmaras de televisão, com a finalidade de produzir material de propaganda.



Jucá

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kulturem

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Azevedo e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal